

SIMPÓSIO 115

Modalidade de Realização:

Online

Simpósio:

TRIBUTAÇÃO, DESIGUALDADE SOCIAL E DIREITOS HUMANOS: PERSPECTIVAS
TRANSDISCIPLINARES

Eixo Temático:

5 – Direitos Cíveis, Culturais, Econômicos, Políticos e Sociais;

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: Gabriel Quintanilha

Vinculação Institucional:

Resumo Curricular: Pesquisador e docente na área de Direito Tributário com atuação nas interfaces entre tributação, políticas fiscais e direitos fundamentais. Dedicou-se ao estudo das repercussões dos sistemas tributários sobre a distribuição de renda e o acesso a direitos socioeconômicos, com ênfase nos princípios constitucionais da capacidade contributiva, da progressividade e da isonomia fiscal em perspectiva comparada.

Nome da Coordenadora 2: Eliana Pulcinelli

Vinculação Institucional: Centro Universitário IBMEC/RJ e Centro Universitário Maurício de Nassau no Rio de Janeiro – UNINASSAU/RJ

Resumo Curricular: Doutora em Direito e Mestre em Direito Público (Relações Jurídico-Tributárias) pela UNESA/RJ; Pós-graduada em Direito Administrativo e Administração Pública pela UNESA/RJ; Professora convidada de Direito Tributário da FGV Direito RIO; Professora convidada da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ, Professora convidada da Pós-graduação em Direito Tributário da Associação Brasileira de Direito Financeiro - ABDF. Professora Titular de Direito Tributário e Direito Financeiro do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário IBMEC/RJ e do Centro Universitário Maurício de Nassau no Rio de Janeiro – UNINASSAU/RJ. Membro Consultivo da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/RJ.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

Linha 1 — O caráter regressivo dos sistemas tributários e os direitos socioeconômicos: O simpósio examina as interseções entre direito tributário e direitos humanos, investigando como a estrutura tributária pode aprofundar ou mitigar a desigualdade social. A predominância de tributos indiretos — que incidem de forma uniforme sobre o consumo, independentemente da capacidade contributiva — onera desproporcionalmente populações de menor renda, comprometendo o acesso a direitos fundamentais como saúde, educação e moradia. Serão



debatidos os princípios constitucionais da capacidade contributiva, progressividade e isonomia tributária à luz dos tratados internacionais de direitos humanos e da jurisprudência comparada.

Linha 2 — Tributação progressiva, reforma fiscal e financiamento dos direitos sociais: Analisa-se o papel da tributação progressiva sobre renda e patrimônio como instrumento de redistribuição e de financiamento dos direitos sociais. Examinam-se o debate em torno do Imposto sobre Grandes Fortunas, a agenda da OCDE sobre tributação mínima global de fortunas e as reformas tributárias em curso no Brasil e em Portugal, avaliando seu potencial redistributivo e sua relação com a efetivação de políticas públicas de proteção social no âmbito da agenda internacional de direitos humanos.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)